

seus associados e todos aqueles que se solidarizam com a luta. Inclusive eu tenho aqui alguns talvezinhos de uma rifa para cobrir esse valor. O problema é que o valor não será coberto até a próxima medição. Por isso a Associação pede que não se seja glosado nessa medição o valor ou que se adite o valor do contrato ou pelo que menos se repasse a glosa para o fim da medição, aonde as famílias teriam condição, junto com a solidariedade do Movimento de Moradia, de repor o valor que foi apreendido em função dessa essa ação jurídica. Então em vista das manifestações que oportunidade de ir no reunião do grupo de trabalho dos mutirões de receber para discutir o manual de prestação de contas, a senhora Marilene, no hoje da discussão a gente colocou essa questão das glosa porque a gente vem discutindo a revisão das glosa para maior agilidade no desenvolvimento do programa. Ela me informou que como se trata de uma execução judicial, que o que eles fazem normalmente é uma ressalva, e todo mês vai fazendo a ressalva até que a entidade devolva esse recurso para as contas. Diferente de uma nota errada, enfim, de cálculo de nota errada, de impostos errados. Então eu fiquei bastante tranquila porque teve essa garantia da pessoa responsável pela análise de glosa colocar isso no grupo dos Mutirões, e reforçar essa sua solicitação porque a gente sabe o que, que é isso, o que significa isso numa obra de mutirão". **Sra. Rosilene:** "O que eu penso em relação a isso é o seguinte: que esse é um risco da obra e não de quem está contratando ou conduzindo, por exemplo, assessoria técnica ou mutirão, até compreendo que a situação é uma situação diferente, mas é um aporte que não pode ser coberto pelo Fundo Municipal de Habitação, porque esse é um risco e aí precisa ter cuidados quando se contrata essas empresas de vigilância, mas eu vou contrária do Fundo de Habitação arcar com essas despesas". **Sr. Elton:** "Bom o voto vai ser declarado mais tarde. Então em vista das manifestações que aconteceram e eu colocar em votação a solicitação, o valor confiado não será glosado na prestação de contas de outubro e seja cobrado até o final da obra. Aqui tinha uma sugestão, de que seja incluída nas parcelas de financiamento, que a gente não considera adequado e sim a restituição conforme a Evaniza colocou que ela pretende arcar com isso na forma de rifa de bingo ou alguma coisa. Então podemos colocar em votação a proposta: quem concorda permanença com esta e quem discorda, por favor, levante o braço. Então, com um voto contra da conselheira do Sínuscon, a proposta está aprovada. **Sra. Evaniza:** "Só um esclarecimento. Os empreendimentos feitos por autogestão não têm nenhum valor de excedente. Em outras obras o risco de fato ele é assumido pelo empreendedor através do BDI. No caso do Mutirão não existe BDI, então tem diferença, só para gente não comparar coisas que são diferentes". O próximo ponto de pauta é a **Solicitação de voto apresentada pela Conselheira Vera Eunice**, de um aporte financeiro a uma obra do CDHU. **Sr. Elton** esclarece que a proposta de aporte não foi analisada pelo jurídico, pela COHAB. Pede à conselheira Vera Eunice que faça os esclarecimentos necessários. **Sra. Vera:** "Eu vou dividir o meu tempo com o Ricardo Gabone, porque ele acompanhou essa obra enquanto assessoria técnica. Essa obra é uma obra que é feita através de autogestão, convênio CDHU, é feito por mutirão, hoje, o recurso que o governo do estado passa para construção é vinte e seis mil quadros e alguma coisa, isso para entregar a unidade pronta. Lógico que as famílias tem feito atividades, festas, trabalhado a contrapartida, mas nós entendemos que com nesse recurso nós não vamos conseguir concluir a obra. Por isso estamos pedindo os votos dos conselheiros. Agora pouco, acabamos de votar quarenta mil e pouco não é, e hoje o governo do estado que financia 26, vinte e seis mil, então olho a contradição para se fazer uma moradia digna não é, então por isso que a gente vem pedir o voto, o Ricardo Gabone sabe mais a parte técnica que acompanhou e agora ele complementa". **Sr. Ricardo:** "Só esclarecendo, eu não sou assessoria dessa obra: a Brasil Habitat é assessoria desse empreendimento. São prédios com três blocos com 84 apartamentos no total. São sete pavimentos, com acesso intermediário. Cada apartamento tem 49 metros quadrados de área. O que ocorre é que o valor está bastante defasado, é o valor do contrato inteiro, é linear, e cada item que é executado existe um déficit. Então, se no contrato o item alvenaria vale um determinado valor ele custa efetivamente hoje mais do que isso. Então quanto mais à obra vai sendo feita, maior vai sendo o déficit que vai surgindo no empreendimento. Essa obra já está no vermelho, eu conversei com o engenheiro Flávio da assessoria e ele me passou alguns dados: a cada medição a obra fica mais no vermelho e já tiveram algumas reuniões com a CDHU, mas não tem nenhum horizonte de resolver essa questão internamente lá na CDHU. Isso foi uma sugestão que até que eu dei para encaminhar aqui para o Conselho Municipal, que eu acho que é uma forma, no meu modo de ver, mais fácil de resolver essa questão, talvez não a mais correta, mas sem dúvida a mais fácil. Colocar 10, dez mil reais como já foi aprovado aqui, nesse empreendimento, vai viabilizar a conclusão do empreendimento. Eu digo não a mais correta porque eu entendo que a CDHU teria toda a condição de resolver isso, mas eu até cheguei a participar de algumas reuniões e não vi, infelizmente não vi nenhuma alternativa possível. Isso passa pelo jurídico, é uma de questão de desequilíbrio econômico - financeiro, não sei exatamente como chamar e que é bastante complicada de ser resolvida lá pela CDHU". **Sr. Elton:** "Mais alguma observação a respeito? Bom. Eu queria fazer algumas colocações aqui da mesa. O Ricardo falou bem: é uma forma de resolver o problema. Eu também entendo que pode ser uma forma de solucionar, porém eu acho que esse tema não foi estudado adequadamente pela Secretaria Executiva do Conselho nem pela COHAB, foi um tema trazido extra pauta, e que nós não sabemos nem para quantas unidades seriam esse aporte. Então a sugestão que eu faço é que essa solicitação de voto seja estudada pelo jurídico e pela equipe técnica da COHAB e esse voto passe para última reunião da Secretaria Executiva, agora no começo de dezembro e a Secretaria Executiva decida se libera esse aporte ou não. **Sra. Vera:** "Acho que seria importante que a conselheira da CDHU se posicionasse também". **Sr. Elton:** "Eu acho que o tema é muito complexo para vir de repente assim sem análise, mas acho que a gente deve fazer os encaminhamentos necessários. Quería ver se o conselho concorda com essa colocação. Quem concorda permanença como está quem discorda, por favor, se manifeste. Então nós vamos levar isso para a equipe técnica estudar e será debatido então na Secretaria Executiva". **Sra. Evaniza:** "Só fazer um parêntese: chamar a CDHU e Associação para esse debate antes da reunião do Conselho". **Sr. Elton:** "Violeta, por favor, você faz esse chamamento. Agora vamos para outros assuntos, então nós temos a inscrição da Verinha que queria discutir a reunião de ontem que aconteceu na secretaria, então Verinha, por favor, tome a palavra". **Sra. Vera:** "Na verdade não é nem para discussão de pauta, até porque não tivemos tempo hábil de colocar na pauta, mas sim de fazer um apelo a todos conselheiros e conselheiras. Na Bíblia dizem que o mundo vai acabar, mas vai acabar em fogo e pode acabar em água. Vou começar falando isso porque eu

nunca vi acontecer tanta desgraça nos últimos 23 dias que é o que nós vamos passando na região da Brasília. Eu, e um conjunto Movimento de Moradia, eu faço reunião de favela, de sem teto, de mutirão, e infelizmente, talvez não só por parte de Secretaria de Habitação, que eu entendo que o problema é além da Secretaria de Habitação que envolve outras secretarias, a ponto de ontem ter que ir para Secretaria de Habitação com 160 famílias que no último dia 26, primeiro veio o fogo queimou 120 barracos as famílias perderam tudo, do dia pra cá a não sei o que aconteceu com emergência que foi colocado por parte da subprefeitura e as famílias sendo solidária foi isso o que a gente conseguiu. Antontem aquela chuva acabou com a tenda e com o que tinha, imagina a situação dessas famílias? E aí sem contar que é um problema social que é a falta de moradia, entendendo que é uma área pública da prefeitura, porém é uma área de proteção ambiental. Por outro lado, dessas famílias há pessoas respondendo processo criminal, sem teto e ainda criminoso, que ontem a Bete viu o processo de um pastor, um pastor, que vai ter que fazer trabalho para comunidade por seis meses e plantar 200 mudas de arvores. Isso é um caso que não vem sendo tratado desde o dia 26 de mês de julho quando nós entregamos o empreendimento da Cachoeirinha. Uma comissão procurou o prefeito Kassab que ficou de marcar uma reunião e até agora estamos aguardando essa reunião. O secretário de segurança pública, o Edson, até esteve no local falou que ia ver uma alternativa e até agora nada. Para quem conhece a Inajar de Souza, condomínio de rico pode ter o pobre e o pobre é sem teto, é bandido porque mora na favela e agora oficialmente criminoso e sem teto desde o dia 26. Então, estou pedindo aqui (ao secretário), nós temos que arrumar uma alternativa. Eu entendo que a Bete viu, entendo que tem uma portaria só que não dá, e ontem a Bete viu, ontem foram 160 famílias que vieram junto. Inclusive estou todo dia com essas famílias lá, faço sol ou faça chuva, só que não é o problema de 160 só 322 famílias cadastradas pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, que é da prefeitura e ao redor mais de mil famílias. Então, estou registrando aqui o movimento lá tá crescendo e tá muito forte e eu estou com eles. Eu peço até para os conselheiros, nós só do movimento popular, que fossem lá conhecer a realidade desse povo, de famílias que estudam lá, de crianças que estudam lá, crianças que estudam que trabalham e que não tem alternativa. Ontem tivemos uma reunião muito tensa com a Bete França, ela deu atenção, nós estávamos com uma comissão, e uma das alternativas que tem. Olha não tem o que fazer, porque é um crime a gente não pode atender essas famílias, a não ser colocar em albergue. Ué! Alguma coisa tem que ser feita gente. O movimento tá crescendo, e cada dia que passa cresce mais porque não são 322 famílias. Tem inclusive um CEU que foi construído no meio da ocupação. Então estou trazendo aqui, porque não tem como segurar aquele povo e é um problema que não é criminal como as famílias estão respondendo, e um problema social e em vez da gente discutir a política habitacional agora, estou andando pela lei que é colocada para um criminoso não é para um sem teto, porque as famílias agora estão recebendo intimação e respondendo processo". **Sr. Elton:** "Obrigada Verinha. Bete França você que estava na reunião você poderia colocar sua posição aqui". **Sra. Elisabete:** "Vou relatar. Eu acho que inclusive a reunião não estava tensa pelo menos da minha parte. O que ocorre é o seguinte: Essa área é uma área pública 41 mil metros quadrados. Em 2003 a prefeitura desapropriou a área, construiu um CEU ocupando apenas 20 mil metros quadrados e deixou outros 21 mil metros vazios e sem nada. A prefeitura realmente cometeu um erro porque terra vazia lá na Cantareira é um convite para ocupação. Começaram algumas ocupações em 2006 e esse número hoje são 322 famílias. Ocorreu um incêndio no dia da eleição, domingo. O sub prefeito foi para lá, e existem leis e não da prefeitura somos obrigados a acatar as leis. A gente não pode sair por aí agindo contra as leis. Nós somos pessoas públicas e a gente responde ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas, etc, etc. A legislação que rege quando pega fogo numa área chama Legislação de Atendimento de Emergência. Nós temos 99 cadastrados do incêndio: essas famílias receberam atendimento emergencial, o subprefeito colocou lá umas tendas, umas barracas, um banheiro químico, que era o que havia para se fazer naquele momento. O que aconteceu lá? Todas as famílias já receberam uma notificação, no âmbito de uma legislação de proteção ambiental. Tudo bem. Está ocupado tem condomínio de rico e de pobre, cabe a secretaria de meio ambiente intimidar as pessoas que ocuparam aquela área. Nós temos ali famílias - 184 famílias - que moram lá a menos de um ano. Então essas famílias receberam intimação porque estavam ocupando e não pode fazer isso. Tem gente que ocupou muito recentemente a área. O que nós conversamos ontem é, depois de várias discussões, que a legislação, do ponto de vista de quem recebeu a notificação ambiental, a Prefeitura não pode intervir numa área construído casa, dando atendimento para quem recebeu a notificação. Não é que a prefeitura não queria atender ou converter ou resolver a questão. Como as pessoas receberam a notificação, a gente precisa conversar com o jurídico, o secretário Ortega, depois conversamos com o secretário Elton, que é preciso resolver juridicamente a questão. Além disso, também explicamos àquelas famílias que existe uma grande falta do déficit habitacional na cidade de São Paulo. Então imediatamente transferimos para um apartamento 184 famílias que ocupam a menos de oito meses não é uma questão de justiça social que estamos cumprindo, portanto, o que, que nós combinamos? Nós vamos estudar o cadastro. Nós temos 70 famílias que são uma pessoa, barracos que a gente já demoliu na hora, 18 que estavam vazios se põem lá estrado etc e tal. E a gente quer fazer justiça com as pessoas que efetivamente merecem atendimento. Então, o que, que foi combinado ontem? A gente vai estudar o cadastro com um grupo que foi formado lá, pelos moradores que estavam na reunião. Se não me enganar são cinco moradores, analisaremos caso a caso os cadastros, enquanto isso o prefeito vai manter a estrutura que está lá, como binamos que vai ser mantido, obviamente não é nada agradável algum lugar cheio de terra de chuva numa tenda, esperamos resolver o mais rápido possível a situação e vamos estudar atendimentos diferenciados. (Quem mora lá há seis anos têm um tipo de atendimento, há cinco anos têm outro e assim por diante. Acabei de ocupar um barraco, outro tipo de atendimento, de modo que a gente respeite a fila enorme que tem para atendimento social na cidade de São Paulo. Infelizmente, temo que entender isso. Não é nenhuma falta de vontade nossa, mas tem três milhões de pessoas vivendo em favelas, em loteamentos e outras coisas mais. Obviamente que a prefeitura não pode resolver em quatro anos, oito anos, tudo isso rapidamente. Isso é uma desgraça que ocorreu, não tem dúvida, o subprefeito está lá junto com a comunidade atendendo na medida do possível. A comunidade também está se solidarizando os que não foram afetados e nós combinamos quarta-feira 26 de novembro as 15h00, no nosso gabinete, com um grupo de trabalho da comunidade, apresentar as diferenças que existem no cadastro e propor as soluções que comumente nos propomos nessas situações de emergências. E nós propomos também - infelizmente o Silvio saiu agora - conversar com o Dr. Lair, (secretário estadual) a hipótese dele oferecer, caso seja possível, algumas cartas de crédito para alguns". **Sr. Elton:** "Bom para encerrar a reunião vai fazer seus comentários e depois esse assunto será encerrado". **Sra. Vera:**

"Quería ter ser assim bem objetiva: na realidade conseguimos ontem depois de vários dias chegar nesse consenso. Eu fiz questão Elton de colocar isso aqui, porque até ontem nós não tínhamos expectativa nenhuma. Não que a gente queria furar fila; não é, ficou claro, nos enquanto União dos Movimentos de Moradia a gente tem postura, somos um movimento positivo, ético e transparente, o qual ontem falamos novamente com a Bete, que se tiver qualquer que foi atendido nós enquanto movimento vamos tirar. Só que, o que, que nós queremos? É que não seja mais um caso que fique esquecido. Inclusive para encerrar, até fazer um convite para quem quiser ir lá, a gente tem sido solidário estamos com tenda, quando chove aí que fica sem nada, fica perto do CEU da Paz na Brasília e na quarta eu espero ter um encaminhamento pelo menos para área dos queimados que é a situação mais grave hoje existente". **Sr. Elton** passa a palavra para Sra. Violeta esclarecer sobre a programação preliminar para 2009. **Sra. Violeta:** "Boa tarde. Essa é uma programação preliminar que estamos comunicando e lembrando que em 2009 temos eleições. Terminamos o biênio 2007-2009 e existe já todo aquele preparo necessário. Fizemos aqui uma proposta de programação preliminar que trata de algumas questões que cuja abordagem será necessária: a revisão e modernização da legislação vigente, desde itens mais prosaicos, do tipo, cada vez que muda um conselheiro precisa um decreto do executivo para fazer para comunicar essa mudança. Existe possibilidade da fazermos essa modernização na legislação e para isso estamos propondo, com a assessoria jurídica do GAT (o Grupo de Acessória Técnica do CMH), a criação de uma Comissão Especial Transitória, com a representação dos três seguimentos, para tratar dessa questão de modernização e adequação da legislação. Inclusive do ponto de vista da representação, da qualidade da representação, tivemos duas centrais sindicais e uma delas por faltas acadêmicas sendo excluída e isso desequilibrado o quórum da sociedade civil. Até pode ser que aí existiu algum excesso, temos os sindicatos representados, e talvez se pudesse ter uma ideia diferente para qualificar essa formação e essa composição. Estamos propondo uma comissão transitória especial, que tratará dessa reforma, viria uma proposta para ser estudada, a teríamos até a metade do ano que vem uma proposta de adequação da legislação. Em seguida, propomos o fortalecimento dos grupos de trabalho e que deles realmente venham as pautas mais importante para o conselho. E néles que você faz análise dos temas mais candentes de conjunturas. Queremos fortalecer a atuação desses grupos de trabalhos e adiantando um pouco, dentro desse fortalecimento uma pauta importante que está no GT de acompanhamento do plano estratégico de que seria uma agenda de discussões públicas e aprofundamento de sugestões para o plano que vai ser encaminhado o ano que vem para o legislativo. (Compor) um plano de meta: essa também é uma necessidade nossa; isso também seria das tarefas para esse primeiro semestre e, finalmente, vem o assunto que é o assunto do ano que vem, que são as eleições para o biênio 2009/2011. Temos que formar a comissão eleitoral e estabelecer o calendário eleitoral. Pode parecer que são pequenos e poucos itens, mas vocês podem ver que tem muito trabalho para esses itens". **Sra. Elisabete:** "Nos enviaremos por e-mail a programação". **Sra. Violeta:** "Isso. Com a superintendente está dizendo nós vamos mandar por e-mail essa programação preliminar para, num prazo dado de devolução, para nossa última atividade que é a Comissão Executiva em 16 de dezembro próximo, os seguimentos podem encaminhar suas sugestões de aprimoramento, inclusões para essa pauta preliminar de trabalhos de atividades para 2009". **Sra. Evaniza:** "É possível deixar pré agenda a reunião de janeiro, porque como é um período que a gente tem Fórum Social Mundial, tem várias atividades é meio complicado". **Sra. Violeta:** "Podemos fazer esse calendário da primeira reunião na comissão executiva. Quero registrar a justificativa de ausência do conselheiro Paulo Romeiro do Polis, e queremos que consignasse em ata também uma carta do Movimento Nacional de Luta pela Moradia que coloca o seguinte: A Secretaria do Conselho Municipal aos cuidados da Secretaria Executiva vimos através deste conselho, a senhora superintendente do conselheiro titular deste conselho, a senhora Maria do Carmo da Silva, por motivo de força maior precisa se ausentar. Então estamos oficializando essa pedido de ausência, que a colega Maria do Carmo da Silva ela se ausenta por motivo de força maior. A Secretaria está convidando para um café de confraternização, porque hoje é a última plenária do ano, então aqui a gente tem um café para essa despedida de um ano produtivo de trabalho, feliz natal para todo mundo porque a gente vai agora se encontrar só o ano que vem aqui em plenária, e agradecendo aqui essa frequência, essa assiduidade e o trabalho que foi possível fazer". **Sra. M. Izilda:** "Quero só dar um informe. Eu queria falar com os companheiros, parceiros do grupo de trabalho dos mutirões: ontem a gente teve uma reunião e foi muito produtiva. Temos como pauta, nesse primeiro momento rever o manual de prestações de conta e fazer um novo desenho de um novo Programa do Programa de Mutirão e Auto Gestão. A próxima reunião é dia 27 de novembro, as dez horas da manhã, e dia quatro de dezembro também às dez horas da manhã. Primeiro vamos discutir o manual e segundo vamos avançar num novo Programa de Mutirão Auto Gestão para trazer para esse conselho deliberar, eu conto com os companheiros. » aberta a reunião: não faltem". **Sr. Elton:** "Obrigada Izilda. Eu desejo uma boa tarde a todos e considero encerrada a reunião".

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

PUBLICAÇÃO POR OMISSÃO NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

1. DA ENTIDADE

O IPREM - SP é o órgão gestor dos benefícios previdenciários (apostadorias e pensões) do Regime Próprio de Previdência Social do Município de São Paulo, foi designado pela Lei nº 13.973 de 12 de maio de 2005, entidade sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito público.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do IPREM - SP foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social - MPS e disposições contidas na Lei nº 9.171, de 27/11/1998, Portaria nº 95 de 06 de março de 2007, que alterou os anexos LII/III e IV da Portaria MPS nº 916/2003, sendo observadas ainda, as normas de finanças públicas da Lei nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal e as portarias e instruções normativas expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

As principais práticas e procedimentos contábeis adotados na elaboração das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2008, embasadas na Lei nº 4.320/64, que dispõe sobre a definição e aplicação dos parâmetros e diretrizes gerais para organização e funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, adequando-se dessa forma a uma nova visão patrimonial na evidencição de seus resultados, sendo assim apresentados a composição dos saldos das principais rubricas descritas nas notas seguintes.

3. DIRETRIZES CONTÁBEIS

Regime da Execução Financeira - para execução financeira, o regime aplicado à Administração, é o regime misto, ou seja, "regime de caixa" para a execução das receitas e o "regime de competência" para as despesas, art. 35, da Lei 4.320/64.

Orçamento - O IPREM - SP possui orçamento próprio tendo como fonte de recursos, a receita proveniente da contribuição mensal de 11% por parte dos servidores ativos, aposentados e pensionistas e de 22% por parte do Tesouro Municipal, além da cobertura do déficit.

Ativo e Passivo - as contas do ativo estão dispostas em ordem crescente dos prazos esperados de realização, enquanto as contas do passivo estão dispostas em ordem crescente do prazo de exigibilidade, observado igual procedimento para os grupos e subgrupos.

Direitos e Obrigações - Estão classificados em grupo do circular, desde que os prazos esperados de realização dos direitos e os prazos de obrigações pertencam até o curso de exercício subsequente à data do Balanço Patrimonial.

4. BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO FINANCEIRO

DISPONÍVEL - Registra as disponibilidades financeiras que representam os recursos com livre movimentação para aplicação nas operações do RPPS. O montante maior no saldo refere-se a recebimento no dia 31/12/2008, de Autarquia Hospitalar após o horário bancário de aplicação.

INVESTIMENTOS EM SEGMENTOS DE RENDA FIXA

Registra os investimentos no mercado financeiro com remuneração em taxas pós-fixadas. Estes valores estão registrados ao preço de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

De acordo com o disposto no Plano de Contas - Portaria/MPS nº 916/2003, alterada pela Portaria nº 95/2007, não foi constituída a Provisão para Perdas de Investimentos.

ATIVO PERMANENTE

BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO: Abriga os bens de alto valorizado - estes incluem itens de material de expediente e material de consumo, os quais são avaliados mensalmente pelo preço médio ponderado das compras, de acordo com o art. 106, da Lei nº 4.320/64.

IMOBILIZADO

Registra os bens e direitos necessários para funcionamento do Instituto, os saldos estão registrados ao custo de aquisição ou de construção.

A depreciação é calculada pelo método linear, à taxa anual de 10% para móveis e utensílios, os equipamentos de informática 20% ao ano e os veículos também a taxa de 20% ao ano e sua contra partida é lançada como Resultado Extra Orçamentário.

Em 31 de dezembro de 2008 sua composição estava assim composta: